



SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



**RECURSO DE OFÍCIO Nº 002/2004**  
**AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 032485**  
**RECORRENTE: MACHADO & CIA LTDA**  
**RECORRIDO: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL**  
**RELATOR: CARLOS AGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES**  
Sessão realizada em de 11 de agosto de 2009

## ACÓRDÃO Nº 175/2009

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. EMPRESA INDUSTRIAL. LEVANTAMENTO ESPECÍFICO COM RENDIMENTO INDUSTRIAL. DIFERENÇA NAS ENTRADAS. AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL.

1. Recurso conhecido e não provido.
2. Auto de Infração julgado parcialmente procedente.
3. Decisão unânime.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina (PI), 11 de agosto de 2009.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente  
Manoel Messias Borges de Oliveira - Conselheiro  
José de Sousa Brito – Conselheiro  
Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro-Relator  
Christianne Arruda – Procuradora do Estado

**RECURSO DE OFÍCIO Nº 004/2004**  
**AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 032494**  
**RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL**  
**RECORRIDO: MACHADO & CIA LTDA**  
**RELATOR: CARLOS AGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES**  
Sessão realizada em de 11 de agosto de 2009

## ACÓRDÃO Nº 176/2009

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. EMPRESA INDUSTRIAL. LEVANTAMENTO ESPECÍFICO COM RENDIMENTO INDUSTRIAL. DIFERENÇA NAS SAÍDAS. ALTERAÇÃO DO VALOR DO RENDIMENTO INDUSTRIAL DE ACORDO COM O DIVISOR MÁXIMO. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

1. Diminuição da exigência fiscal em decorrência de retificação do levantamento, conforme nova aferição com base no limite máximo apresentado pelo contribuinte, correspondente a 1,25 Kg de cera de abelha bruta, para cada quilograma de cera de abelha refinada, com lançamento retificado para o valor de R\$ 12.666,58.
2. Manutenção do lançamento apurado pelo julgador de primeira instância administrativa, no valor de R\$ 35.450,10, referente à castanha de caju in natura.
3. Decisão unânime.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina (PI), 11 de agosto de 2009.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente  
Manoel Messias Borges de Oliveira - Conselheiro  
José de Sousa Brito – Conselheiro  
Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro-Relator  
Christianne Arruda – Procuradora do Estado

**RECURSO DE OFÍCIO Nº 006/2004**  
**AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 032483**  
**RECORRENTE: MACHADO & CIA LTDA**  
**RECORRIDO: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL**  
**RELATOR: CARLOS AGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES**  
Sessão realizada em de 11 de agosto de 2009

## ACÓRDÃO Nº 177/2009

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. EMPRESA INDUSTRIAL. LEVANTAMENTO ESPECÍFICO COM RENDIMENTO INDUSTRIAL. DIFERENÇA NAS ENTRADAS. AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL.

1. Recurso conhecido e não provido.
2. Auto de Infração julgado procedente.
3. Extinção do crédito tributário com o pagamento.
3. Decisão unânime.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina (PI), 11 de agosto de 2009.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente  
Manoel Messias Borges de Oliveira  
José de Sousa Brito – Conselheiro  
Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro-Relator  
Christianne Arruda – Procuradora do Estado

**RECURSO DE OFÍCIO Nº 008/2004**  
**AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 032482**  
**RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL**  
**RECORRIDO: MACHADO & CIA LTDA**  
**RELATOR: MANOEL MESSIAS BORGES DE OLIVEIRA**  
Sessão realizada em de 11 de agosto de 2009

## ACÓRDÃO Nº 178/2009

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. EMPRESA INDUSTRIAL. LEVANTAMENTO ESPECÍFICO COM RENDIMENTO INDUSTRIAL. DIFERENÇA NAS SAÍDAS. IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA DE ICMS TENDO EM VISTA QUE NOVA AFERIÇÃO COM DIVISOR MÁXIMO APONTA QUE O FATO GERADOR SE OPOROU NA ENTRADA. ILEGITIMIDADE DA AÇÃO FISCAL. NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. Nulidade do referido Auto de Infração por conta da infração está fundamentada com base em diferenças nas saídas.
2. Decisão unânime.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina (PI), 11 de agosto de 2009.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente  
Manoel Messias Borges de Oliveira  
José de Sousa Brito – Conselheiro  
Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro  
Christianne Arruda – Procuradora do Estado